

## A Nova Indústria Brasil

Incentivar inovação deve ser prioridade, mas pontos ainda não são claros

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "Tá Uma História"

No último dia 22, o governo anunciou o programa Nova Indústria Brasil (NIB), que busca retomar a industrialização brasileira, interrompida nos anos 80 do século passado. A NIB foi recebida com desconfiança por quem lembra do fracasso de políticas intervencionistas de governos anteriores, como a tentativa de criar "campeões nacionais" ou as isenções fiscais do governo Dilma. Essas coisas foram caras, não reverteram a tendência de declínio do setor

industrial brasileiro e falharam como tentativa de "pacto entre capital e trabalho", terminaram com os patos da Fiesp na rua. Um desastre. Os críticos da NIB têm, portanto, lá seus razões. Mas não é o caso de descartar a NIB por princípio. Muitos países fazem política industrial com sucesso. Em entrevista à Folha, o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, disse que os erros do passa-

do não serão repetidos: a taxa dos empréstimos para o setor privado será a de mercado, ao contrário do que ocorreu no governo Dilma. Os empréstimos com taxa direcionada seriam voltados para setores que podem produzir externalidades positivas, como a conversão ecológica da economia ou a inovação tecnológica. E uma diferença importante, e positiva: Mas o governo ainda precisa nos contar muito mais detalhes sobre o

que pretende fazer, em especial quando nos couber pagar os impostos de alguém que ganhará isenção. Tampouco me pareceu claro como será a integração das universidades e centros de pesquisa nos projetos de inovação tecnológica, e a própria ideia de "digitalização" (missão 4) me pareceu vaga (talvez por ignorância minha). Não achei suficientemente demonstrado que medidas propostas bastem, por exemplo, para que indústrias

de supercondutores se instalem no Brasil.

Concordo inteiramente que incentivar a inovação deve ser uma prioridade. Mas ainda não entendi no que o novo plano é melhor nessa área, do que iniciativas anteriores, como a Lei do Bem, de 2005, que a NIB propõe atualizar de maneira ainda não muito clara.

Na verdade, parte importante da NIB está fora do que se convencionou chamar de política industrial: a conversão ecológica da economia (missão 5 da NIB) e os investimentos em infraestrutura urbana (missão 3), por exemplo, parecem mais investimentos em infraestrutura do que política industrial, e são duas boas ideias.

Por fim, devemos nos perguntar quem coordenará o imenso esforço de integra-

ção ministerial previsto na NIB. Em um texto produzido a pedido do governo brasileiro ("Innovation-Driven inclusive and sustainable growth: challenges and opportunities for Brazil"), o economista Mariana Mazzucato notou uma certa sobreposição de políticas: a Fazenda tem a conversão ecológica, a Casa Civil tem o PAC, o MDIC propõe as missões da NIB, o BNDES tem seus próprios projetos. Mazzucato sugeria a centralização do controle na Casa Civil (pág. 9) ou no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (pág. 14). Duvido que essa disputa seja pacífica. Enfim, se o governo tiver consciência de que política industrial pode complementar, mas não substituir, reformas institucionais e investimento em capital humano, o debate é bem-vindo.

[SOB: Elío Gaspari, Celso Rocha de Barros] [SEB: Deborah Bizarri, Camilla Rocha] [TEX: Joel Pinheiro da Fonseca] [QUA: Elío Gaspari] [QUI: Conrado H. Mendes] [SEB: Marcos Augusto Gonçalves] [SAB: Demétrio Magnoli]

## Governos derrubam restrições a mulheres em função de combate

Participação feminina na linha de frente em carreiras militares cresce em outros países na contramão do Brasil

César Feltoza

Mulheres nas Forças Armadas brasileiras

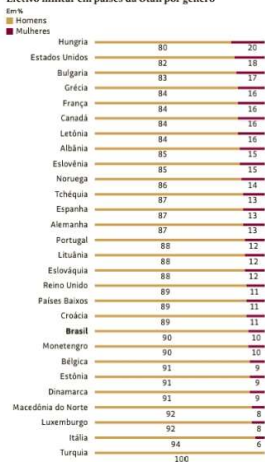
BRASÍLIA. No dia 2 de janeiro de 2021, um grupo de 244 mulheres entrou nas Forças Armadas da Alemanha com uma oportunidade até então inédita no país: formarse na carreira militar para exercer funções de combate, as responsáveis pela linha de frente em conflitos armados. A possibilidade de elas serem em armas se deu após o Tribunal de Justiça Europeu, em Luxemburgo, decidir, no ano anterior, que a Lei Fundamental Alemã (equivalente à Constituição Federal) deveria ser reavaliada nos trechos em que vetava a participação de mulheres em funções militares de combatentes, como as armas de infantaria e cavalaria.

Quatro anos após retirar proibições a mulheres nas Forças Armadas, a Alemanha aprovou a Lei de Equiparação de Soldados, cujos objetivos iniciais eram garantir presença de pelo menos 15% de mulheres em cada carreira nas forças alemãs e acima de 50% no serviço de saúde. A experiência internacional mostra que a inclusão das mulheres em funções (no jargão militar chamadas de armas) combatentes, com avanços consolidados a partir dos anos 2000, foi promovida por decisões políticas de governantes ou processos judiciais.

No Brasil, as Forças Armadas têm liberdade para definir em quais armas as mulheres podem atuar e a quantos cargos elas podem concorrer. Diante da discussão sobre o tema em ação aberta em 2023 no STF (Supremo Tribunal Federal), o Exército tem defendido o veto às mulheres em armas combatentes porque a "fisiologia feminina refletida na execução de tarefas específicas na zona de combate pode comprometer o desempenho militar em operações de combate, dependendo do ambiente operacional".

O Exército brasileiro proíbe que mulheres entrem em armas como cavalaria, infantaria, artilharia e engenharia. Os militares que ingressam nessas funções são os responsáveis por ocupar a linha de frente em caso de batalha, conduzindo armas

Efetivo militar em países da Otan por gênero



Dados da Otan se referem a 2020; do Brasil, a 2023. Fontes: Otan e Forças Armadas

Quantidade de mulheres nas Forças Armadas brasileiras



Fonte: Forças Armadas

e blindados para o confronto, ou apoiar ações com cabalheiros e construções de pontos improvisados.

A aeronáutica mantém vetos à participação feminina na infantaria, responsável pelo combate terrestre. A Marinha brasileira não tem vetos formais, mas sistematicamente impede a entrada de mulheres em determinadas carreiras ao não abrir vaga para elas em cursos, como o de fuzileiros navais.

Nos Estados Unidos, o então presidente Barack Obama derrubou em 2013 uma proibição imposta pelo Pentágono que impedia mulheres de servirem na primeira linha de combate das Forças Armadas. "Ao abrir hoje as posições de servem na primeira linha de combate terrestre às mulheres, nossas Forças Armadas deram um passo histórico rumo ao aproveitamento dos talentos e das habilidades de todos nossos cidadãos", disse Obama em comunicado emitido pela Casa Branca à época.

As Forças americanas aceitavam com 15% de mulheres em seu efetivo de cerca de 1,4 milhão de pessoas. Mesmo com as portas abertas, elas não entravam numa série de restrições, como a proibição de serem combatentes. A mudança só entrou em vigor em 2016, quando foram abertas vagas nas academias militares para a formação de mulheres nas armas de infantaria, artilharia e cavalaria, além de carreiras nas forças especiais e nos fuzileiros navais — apesar da resistência do chefe dos fuzileiros, general Joseph Dunford, que alegava que unidades mistas não eram tão capazes quanto unidades exclusivamente masculinas.

Atualmente, os EUA possuem em geral mulheres em altos cargos da hierarquia militar. A general Laura Richardson, por exemplo, é a primeira mulher a chefiar o Comando Sul dos Estados Unidos — unidade responsável por realizar operações militares na América do Sul, América Central e Caribe.

O presidente Joe Biden ainda escolheu em 2023 a almirante Lisa Franchetti para comandar a Marinha dos Estados Unidos, tornando-a a primeira mulher a se integrar ao grupo de elite de oficiais militares que compõem o Estado-Maior Conjunto dos EUA. O Reino Unido, uma das 30 nações que integram a Otan (Organização do Tratado Atlântico Norte), chegou a realizar estudos para excluir as mulheres das funções de combate aproximadamente entre 2005 e 2010. Nesse período, a participação feminina era vetada na arma de infantaria dos Royal Scots do Corpo Armado Real.

Em 2018, o então ministro da Defesa, Sir William Hague, político civil e filiado ao Par-

tido Conservador, anunciou a decisão do governo britânico de autorizar as mulheres a ingressar na infantaria, retirando a última barreira de gênero imposta.

"A partir de hoje, pela primeira vez em sua história, nossas Forças Armadas estarão determinadas por sua capacidade somente, e não por seu gênero", disse Williamson ao anunciar a derrubada do veto.

O caso mais emblemático é o de Israel. O país é um dos poucos do mundo que recrutam mulheres aos 18 anos para o serviço militar obrigatório. A questão das mulheres servindo na linha de frente opõe rabinos ultraconservadores e soldados religiosos a feministas e cívicas — excluindo os últimos vetos que persistiam para a presença feminina nos meios militares.

"É quase trágico que eu seja a comandante-chefe das Forças Armadas e que as mulheres não possam entrar em certas armas devido a sua condição de gênero", disse Kirchner na ocasião, durante cerimônia na academia militar da Argentina.

A decisão da presidente Kirchner culminou em uma resolução do chefe do Estado-Maior Geral do Exército que eliminou as restrições de sexo para todas as armas, e o ingresso das mulheres passou a ser permitido em 2019.

Portugal aceita desde 1992 que as mulheres ingressem nas academias militares para concorrer a vagas em todas as armas e serviços, como oficiais e praças. A França autorizou a entrada delas em 1983 pela primeira vez, e os percentuais de participação no recrutamento feminino cresceram a partir de 1985.

A China mantém vetos a mulheres, especialmente nos altos escalões militares e nos grupos de elite das Forças Armadas. Em 2018, Wei Huixiao se tornou a primeira capitã da Marinha do Exército de Libertação Popular da China, responsável por comandar tripulações.

A Coreia do Sul, que vive em permanente situação de alerta de conflito com a Coreia do Norte, retirou gradualmente as últimas restrições para a entrada de mulheres em armas combatentes a partir de 2017. O país chegou a promover debates sobre o tema em 2021, após o pré-candidato à Presidência Park Young-jin sugerir que só seria possível promover a igualdade de gênero se as mulheres fossem obrigadas a servir militarmente.

"O debate não veio da tentativa de alcançar a igualdade de gênero, mas de valores que estão pedindo às mulheres que experimentem as mesmas desvantagens que os homens", disse o então ministro da Igualdade de Gênero Chung Young-ai à agência Bloomberg.

Barack Obama, então presidente dos Estados Unidos, em 2013